

TRADUÇÃO

A mente estendida

CLARK, A.; CHALMERS, D. J.; MENARY, R. (Org.). *The extended mind*. Cambridge: MIT Press, 2010. p. 27-42.1

Luís Filipe Estevinha Lourenço Rodrigues (Tradutor)
<https://orcid.org/0000-0001-7811-2756> – E-mail: luisestevinha@ufc.br

Introdução

Onde acaba a mente e começa o mundo? A pergunta solicita duas respostas standard. Alguns aceitam as fronteiras da pele e do cérebro e dizem que o que se encontra fora do corpo está fora da mente. Outros ficam impressionados por argumentos sugerindo que o significado das nossas palavras “simplesmente não está na cabeça”, sustentando que este externismo a respeito do significado leva a um externismo sobre a mente. Propomo-nos seguir uma terceira posição. Defendemos um tipo de externismo muito diferente: um externismo ativo baseado no papel ativo do ambiente orientando processos cognitivos.

1 Cognição Estendida

Considere três casos de solução humana de problemas:

(1) Uma pessoa está sentada diante de um ecrã de computador que mostra várias formas geométricas bidimensionais e é-lhe pedido que responda a questões relativas ao potencial ajuste dessas formas nos “encaixes”. Para realizar o encaixe, a pessoa deve rodar mentalmente as formas para as alinhar com os “encaixes”.

(2) Uma pessoa está sentada diante de um ecrã de computador similar, mas desta vez pode escolher entre rodar fisicamente a imagem no ecrã, ao pressionar um botão, ou rodar

¹ Este ensaio foi originalmente publicado na *Analysis*, n. 58, p. 10-23 (1998). Foi reimpresso em: GRIM, P. (Ed.). *The Philosopher's Annual*, v. 21 (1998); reimpresso em CHALMERS, D. (Ed.). *Philosophy of Mind: Classical and Contemporary Readings* (2002).

mentalmente a imagem como antes. Podemos supor adicionalmente, não irrealisticamente, que alguma vantagem em termos de velocidade deriva da rotação física.

(3) Algures num futuro ciberpunk, uma pessoa está sentada diante de um ecrã de computador similar. Este agente possui, contudo, o benefício de dispor de um implante neural que pode efetuar a rotação tão rapidamente quanto computador no exemplo precedente. O agente deve ainda escolher que recurso interno vai usar (o implante ou a rotação mental clássica), uma vez que cada um desses recursos impõe diferentes exigências sobre a atenção e outra atividade cerebral concomitante.

Quanta *cognição* está presente nestes casos? Sugerimos que os três são similares. O caso (3) do implante neural parece similar ao caso (1). E o caso (2) com o botão de rotação dispõe a mesma estrutura computacional que o caso (3), embora esta esteja distribuída entre o agente e o computador em vez de ser só internalizada no agente. Se a rotação no caso (3) é cognitiva, o que nos permitiria considerar que é fundamentalmente diferente no caso (2)? Não podemos simplesmente apontar para a fronteira pele/crânio como justificativa, visto que a legitimidade dessa fronteira é precisamente o que está em causa. Mas nada mais parece diferente.

O tipo de caso descrito não é de maneira nenhuma tão exótico quanto possa à primeira vista parecer. Não é só a presença de recursos computacionais externos que levanta o problema, mas antes a tendência geral de pensadores humanos dependerem fortemente de suportes ambientais. Assim, considere o caso do uso de papel e caneta para efetuar uma multiplicação longa (McCLELLAND; RUMELHART; HINTON, 1986; CLARK, 1989), a utilização de rearranjos físicos de peças de letras para recordar palavras no Scrabble (KIRSH, 1995), o uso de instrumentos como a régua de cálculo náutica (HUTCHINS, 1995) e a parafernália habitual da linguagem, livros, diagramas e cultura. Em todos estes casos, o cérebro individual realiza algumas funções, ao passo que outras são delegadas na manipulação de aparatos externos. Tivessem os nossos cérebros sido diferentes e a distribuição de tarefas teria sem dúvida variado.

De facto, mesmo os casos de rotações mentais descritos nos cenários (1) e (2) são reais. Os casos refletem opções disponíveis para jogadores do jogo de computador Tetris. No Tetris, figuras geométricas cadentes devem ser rapidamente direcionadas para as ranhuras apropriadas de uma estrutura emergente. Pode ser usado um botão de rotação. David Kirsh e Paul Maglio (1994) calculam que a rotação de 90 graus demora cerca de 100 milissegundos, acrescidos de 20 milissegundos para a rotação do botão. Kirsh e Maglio avançam evidência convincente de que a rotação física não só é usada para adequar a figura de modo a servir no encaixe, mas também ajuda a determinar se ela e o encaixe são compatíveis. Esta última constitui aquilo que Kirsh Maglio chamam “ação epistémica”. Ações *epistémicas* alteram o mundo de modo a ajudar e aumentar processos cognitivos como reconhecimento e busca. Ações meramente *pragmáticas*, por contraste, alteram o mundo medida em que alguma mudança física é por si só desejável (por exemplo, colocar cimento numa barragem).

Nós sugerimos que as ações epistémicas exigem a distribuição do *crédito epistémico*. Se, quando nos deparamos com alguma tarefa, uma parte do mundo funciona como um processo que, *tivesse sido realizado na cabeça*, não hesitaríamos em reconhecê-lo como parte do processo cognitivo, então parte do mundo é (assim defendemos) parte do processo cognitivo. Processos cognitivos não estão (todos) na cabeça.

2 Externismo ativo

Nestes casos, o organismo humano está ligado com uma entidade externa numa interação de dois sentidos, criando um *sistema acoplado* que pode ser visto como um sistema cognitivo de direito próprio. Todos os componentes do sistema desempenham um papel causal ativo, governando conjuntamente o comportamento da mesma maneira em que um sistema cognitivo usualmente o faz. Se removermos o componente externo, a competência comportamental do sistema irá diminuir, tal como aconteceria se removêssemos parte do seu cérebro. A nossa tese é que este tipo de sistema acoplado conta igualmente bem enquanto processo cognitivo, esteja ou não todo na cabeça.

Este externismo difere bastante da variedade sustentada por Putnam (1975) e Burge (1979). Quando eu acredito que a água é húmida e o meu gémeo que a água gémea é húmida, as características externas responsáveis pelas diferenças das nossas crenças são distais e históricas, estando no outro extremo de uma cadeia causal longa. Características *presentes* não são relevantes: se acontece eu estar rodeado por XYZ neste preciso momento (talvez eu tenha sido teletransportado para a Terra Gémea), as minhas crenças ainda respeitam a água normal (standard) por causa da minha história. Neste caso, as características externas relevantes são *passivas* por causa da sua natureza distal. Elas não desempenham qualquer papel no processo cognitivo do aqui-e-agora. Isto é exibido pelo facto de que as ações levadas a cabo por mim e pelo meu gémeo são fisicamente indistinguíveis, apesar das nossas diferenças externas.

Nos casos que descrevemos, por contraste, as características externas relevantes são *ativas*, desempenhando crucialmente um papel no aqui-e-agora. Porque estão acopladas ao organismo humano, têm um impacto direto no organismo e seu comportamento. Nestes casos, as partes do mundo relevantes estão em *loop*, não penduradas na outra ponta de uma longa cadeia causal. Levar em conta este acoplamento conduz-nos a um *externismo ativo*, por oposição ao externismo passivo de Putnam e Burge.

Muitos têm-se queixado que mesmo que Putnam e Burge estejam corretos acerca da externalidade do conteúdo, não é claro que estas características externas tenham um papel causal ou explicativo na produção da ação. Em casos contrafactuais em que a estrutura interna é mantida constante mas as características externas mudam, o comportamento é exatamente igual; portanto são as estruturas internas que parecem realizar o trabalho crucial. Não iremos avaliar essa questão aqui, mas realçamos que o externismo ativo não é ameaçado por este problema. As características externas num sistema acoplado desempenham um papel não eliminável – se retemos as características internas mas removermos as externas, o comportamento pode mudar por completo. As características externas são nesta situação tão relevantes casualmente quanto as características internas do cérebro².

Ao abraçarmos um externismo ativo estamos a permitir uma explicação mais natural de todo o tipo de ações. Podemos explicar a minha escolha de palavras no Scrabble, por exemplo, como um resultado de um processo cognitivo estendido que envolve o rearranjo das peças no meu tabuleiro. Claro, poderíamos sempre tentar explicar a minha ação em termos de processos internos uma longa série de “inputs” e “ações”, mas esta explicação seria desnecessariamente complexa. Se um processo isomórfico estivesse a acontecer na cabeça não sentiríamos a incli-

² Muito do apelo do externismo na filosofia da mente pode derivar do apelo intuitivo do externismo ativo. Os externistas fazem frequentemente apelo a analogias envolvendo características externas em sistemas acoplados, apelando para a arbitrariedade das fronteiras entre o cérebro e o ambiente. Porém, estas intuições ficam desconfortáveis com a cartilha do externismo. Na maioria dos casos de Putnam/Burge, o ambiente imediato é irrelevante; só o ambiente histórico conta. O debate tem-se focado na questão de se a mente tem de estar na cabeça, mas uma questão mais relevante pode ser: está a mente no presente?

nação para o caracterizar desta estranha maneira³. Num sentido muito real, o rearranjo das peças no tabuleiro não é parte da ação; é parte do *pensamento*.

A perspectiva que sustentamos aqui espelha um corpo crescente de pesquisas em ciência cognitiva. Em áreas tão diversas como a teoria da cognição situada (SUCHMAN, 1987), estudos respeitantes a robótica do mundo-real (BEER, 1989), abordagens dinâmicas ao desenvolvimento infantil (THELEN; SMITH, 1994) e pesquisa das propriedades coletiva de agentes coletivos (HUTCHINS, 1995), a cognição é tida como sendo contínua com processos no ambiente⁴. Assim, ao vermos a cognição como um processo estendido não estamos simplesmente a fazer uma escolha terminológica; essa perspectiva faz uma diferença considerável para a metodologia da investigação científica. Com efeito, métodos explicativos que podem em tempos ter sido considerados apropriados para a análise de processos “internos” estão agora a ser adaptados para o estudo do exterior, havendo a promessa de que a nossa compreensão da cognição se irá tornar mais rica por isso.

Alguns acham este tipo de externismo intragável. Uma das razões para isso pode ser a de que muitos identificam o cognitivo com o consciente e que parece pouco plausível que a consciência se estenda para fora da cabeça nesses casos. Porém, nem todo o processo cognitivo, pelo menos no sentido standard da expressão, é um processo consciente. É amplamente aceite que muitos tipos de processos para lá da fronteira da consciência desempenham um papel crucial no processamento cognitivo: na recolha de memórias, processos linguísticos e aquisição de capacidades especializadas, por exemplo. Portanto, o mero facto de processos externos serem externos sendo a consciência interna não é razão para negar que são processos cognitivos.

Mais interessante ainda, podemos argumentar que o que mantém processos de cognição reais na cabeça é a exigência de que processos cognitivos sejam *portáteis*. Aqui somos movidos por uma perspectiva que pode ser apelidada *Mente Despida*: um pacote de recursos e operações que podemos sempre trazer para uma tarefa cognitiva, independentemente do ambiente situacional. Desta perspectiva, o problema com sistemas acoplados é o de que eles ficam desacoplados facilmente. Os verdadeiros sistemas cognitivos são aqueles que residem no núcleo constante do sistema. Tudo o resto será um acrescento extra.

Esta objecção tem razão de ser. O cérebro (ou o cérebro e o corpo) inclui um pacote de recursos cognitivos básicos e portáteis que importa por seu direito próprio. Estes recursos podem incorporar ações corporais em processos cognitivos, como quando usamos os nossos dedos como memória de trabalho num cálculo difícil, mas eles não abrangem aspectos mais contingentes do nosso ambiente, tal como uma calculadora de bolso. Ainda assim, a mera contingência do acoplamento não exclui o estatuto cognitivo. Num futuro distante poderemos ser capazes de ligar vários módulos ao nosso cérebro para nos ajudarem: um módulo para memória extra de curta duração quando precisarmos dela, por exemplo. Quando um módulo estiver conectado no cérebro, os processos que o envolverão serão tão cognitivos quanto se sempre tivessem estado ali⁵.

³ Herbert Simon (1981) sugeriu uma vez que vemos a memória interna realmente como um recurso externo sobre o qual “reais” processos internos operam. “A busca na memória”, comenta ele, “não é muito diferente da busca no ambiente externo”. A perspectiva de Simon tem ao menos a virtude de tratar processamento interno e externo com a paridade que merecem, mas suspeitamos que na sua perspectiva a mente irá encolher e ficar muito pequena para o gosto da maioria das pessoas.

⁴ Perspectivas filosóficas no mesmo espírito pode ser encontradas em Haugeland (1995); McClamrock (1995); Varela, Thompson e Rosch (1991) e Wilson (1994).

⁵ Ou considere a seguinte passagem de uma razoavelmente recente obra de ficção científica (MCHUGH, 1992, p. 213): “Sou levado para o departamento do sistema onde sou sintonizado com o sistema. Tudo o que faço é ligar-me e então um técnico dá instruções ao sistema para se sintonizar e ele sintoniza-se. Eu desligo a ficha e busco as horas. 10:52. A informação aparece. Sempre que antes eu só conseguia aceder à informação quando estava ligado, isso deixava-me a impressão que eu sabia o que pensava e que o sistema me dissera, mas agora, como sei eu o que é sistema e o que é Zhang?”

O externismo ativo não ficaria em causa mesmo se tornássemos pivotal o critério da portabilidade. Já deixámos entrar pela porta a contagem pelos dedos, por exemplo, e é fácil ir ainda mais além. Considere-se o velho engenheiro com a régua de cálculo pendurada no seu cinto para onde quer que vá. E se as pessoas andassem sempre com uma calculadora de bolso ou a tivessem implantado? A verdadeira moral da intuição da portabilidade é a de que para que sistemas acoplados sejam relevantes para o núcleo da cognição é necessário que haja acoplamento *confiável*. Acontece que o acoplamento mais confiável ocorre no cérebro, mas também pode haver acoplamento confiável com o ambiente. Se os recursos da minha calculadora ou Filofax estiverem sempre disponíveis quando preciso deles, então estarão confiavelmente acoplados a mim sempre que preciso deles. Com efeito, eles fazem parte do pacote básico de recursos cognitivos que trago comigo para os fazer valer quotidianamente no mundo. Estes sistemas não podem ser demitidos apenas com base em danos discretos, perda ou mau funcionamento, ou por causa do desacoplamento ocasional: o cérebro biológico corre perigos similares, perdendo capacidades ocasional e temporariamente aquando do sono, intoxicação e emotividade. E as capacidades relevantes continuam geralmente ali quando são necessárias, o que é acoplamento suficiente.

Ademais, pode ser que o cérebro biológico tenha de fato evoluído e amadurecido de maneiras que levam em consideração a presença confiável de um ambiente externo manipulável. Parece por certo que a evolução favorece capacidades de bordo especialmente articuladas para parasitar o ambiente local de modo a evitar sobrecarrego de memória e mesmo de transformar a natureza dos próprios problemas de computação. Os nossos sistemas visuais evoluíram de maneira a depender de várias formas dos seus ambientes: eles aproveitam factos contingentes a respeito da estrutura de cenas naturais (*e.g.*, ULLMAN; RICHARDS, 1984), por exemplo, e tiram vantagem dos atalhos computacionais permitidos pelo movimento corporal e pela locomoção (*e.g.*, BLAKE; YUILLE, 1992). Talvez haja outros casos nos quais a evolução encontrou vantajoso aproveitar a possibilidade de o ambiente se encontrar num *loop* cognitivo. Se sim, então o acoplamento com o exterior faz parte de um verdadeiro pacote básico de recursos cognitivos que empregamos e fazemos valer no mundo.

A linguagem pode ser um exemplo. A linguagem parece ser um meio central através do qual os processos cognitivos se estendem para o mundo. Pense num grupo de pessoas *brains-torming* numa mesa ou num filósofo que pensa melhor ao escrever, desenvolvendo as suas ideias à medida que escreve. Pode ser que a linguagem tenha evoluído, em parte, para acionar tais extensões dos nossos recursos cognitivos dentro de sistemas acoplados.

No tempo de vida de um organismo, também, o aprendizado individual pode ter moldado o cérebro de formas que dependem das extensões cognitivas que nos rodeiam à medida que aprendemos. A linguagem é de novo aqui um exemplo central, tal como o são os diversos artefactos físicos e computacionais que são rotineiramente usados como extensões cognitivas por crianças em escolas e por estagiários em várias profissões. Nesses casos, o cérebro desenvolve e complementa as estruturas externas, aprendendo a desempenhar o seu papel no seio de um sistema acoplado e densamente unificado. Uma vez que reconhecemos o papel crucial do ambiente ao circunscrever a evolução e desenvolvimento da cognição, vemos que a cognição estendida é um processo cognitivo nuclear, não um acrescento extra.

Uma analogia pode ajudar. A extraordinária eficiência dos peixes enquanto dispositivos que nadam deve-se parcialmente, parece agora, à sua capacidade evoluída de associar os seus comportamentos de natação às zonas de energia cinética de redemoinhos e vórtices no seu ambiente aquático (ver TRIAN-TAFYLLLOU; TRIANTAFYLLLOU, 1995). Estes vórtices incluem tanto os naturais (por exemplo, quando a água bate numa rocha) como os autoinduzidos (criados por

movimentos sincronizados de barbatanas-aba da cauda). O peixe nada ao criar estes processos externos a partir do âmagu das suas rotinas de locomoção). Os peixes e os vórtices que os rodeiam constituem juntos uma notável e unificada máquina de nadar.

Considere-se agora uma característica confiável do ambiente humano, como seja um mar de palavras. Esta envolvência circunda-nos desde o nosso nascimento. Sob estas condições, a plasticidade do cérebro humano seguramente trata essas estruturas como um valioso recurso a ser factorizado para a modelação de rotinas cognitivas de bordo. Da mesma maneira que o peixe bate a sua cauda para gerar redemoinhos e vórtices que subseqüentemente utiliza, nós interagimos com uma multiplicidade de *media* linguística, criando estruturas e distúrbios cuja presença confiável encaminha os nossos processos internos em curso. Palavras e símbolos externos são assim de fundamental importância entre os vórtices cognitivos que auxiliam a formar o pensamento humano.

3 Da cognição para a mente

Até este momento falámos principalmente sobre “processamento cognitivo”, argumentando a favor da sua extensão para o ambiente. Alguns podem pensar que esta conclusão foi comprada demasiado barata. Talvez algum *processamento* tenha lugar no ambiente, mas e a *mente*? Tudo o que dissemos até agora é compatível com a perspectiva de que verdadeiros estados mentais – experiências, crenças, desejos, emoções, e por aí vai – são determinados por estados cerebrais. Talvez, no fim de contas, o verdadeiramente mental seja interno?

Propomos levar as coisas mais adiante. Embora alguns estados mentais, como experiências, possam ser determinados internamente, casos há em que fatores externos fazem uma contribuição significativa. Em particular, argumentaremos que crenças podem ser constituídas em parte por características do ambiente, quando essas características desempenham um papel adequado guiando processos cognitivos. Se assim for, a mente estende-se para o mundo.

Primeiro, considere um caso normal de crença integrada na memória. Inga ouve um amigo dizer que há uma exposição no Museu de Arte Moderna e decide ir vê-la. Ela pensa por um instante e recorda-se que o museu é na Rua 53, caminha até lá e vai ao museu. Parece claro que Inga acredita que o museu é na Rua 53 e que já acreditava nisto antes de consultar a sua memória. Não era anteriormente uma crença *ocorrente*, mas a maioria das nossas crenças também não o são. A crença estava localizada algures na sua memória, aguardando para ser acedida.

Agora considere Otto. Otto sofre da doença de Alzheimer e como tantos outros pacientes de Alzheimer ele depende de informação no ambiente para o ajudar a organizar a sua vida. Otto transporta um notebook consigo para todo o lado. Quando recolhe informação nova, escreve-a no notebook. Quando precisa de alguma informação velha, ele procura-a nele. O notebook desempenha para Otto a função normalmente desempenhada por uma memória biológica. Otto ouviu hoje que vai haver uma exposição no Museu de Arte Moderna e decide ir vê-la. Ele consulta o notebook, que lhe diz que o museu é na Rua 53 e, portanto, ele vai até à Rua 53 e ao museu.

Obviamente que Otto foi até à Rua 53 porque ele queria ir ao museu e acreditava que o museu se situava na Rua 53. E tal como Inga teve a sua crença mesmo antes de ter consultado a sua memória, parece razoável dizer que Otto acreditava que o museu era na Rua 53 mesmo antes de consultar o seu notebook. Nos aspectos relevantes, os casos são análogos: o notebook desempenha para Otto a mesma função que a memória desempenha para Inga. A informação do notebook funciona tal qual a informação que constitui uma crença não ocorrente normal; apenas sucede que esta informação se localiza fora da pele.

A alternativa é afirmar que Otto não possuía qualquer crença acerca do assunto até consultar o seu notebook; na melhor das hipóteses, ele acredita que o museu está localizado no endereço guardado no notebook. Mas se seguirmos Otto por algum tempo compreendemos o quão não natural é esta forma de falar. Otto usa o seu notebook como um modo habitual de proceder. Isso é central para as suas atividades em todo o tipo de contextos, do mesmo modo que a memória é central na vida comum. A mesma informação pode ressurgir muitas vezes, talvez sofrendo pequenas modificações ocasionalmente antes de ser recolhida nos compartimentos da sua memória artificial. Dizer que as crenças desaparecem quando o notebook é guardado parece impedir de se ver a imagem completa, no mesmo sentido que dizer que as crenças de Inga desaparecem se ela deixar de estar consciente delas. Nos dois casos a informação está confiavelmente disponível ali quando necessária; disponível para a consciência e disponível para guiar a ação, exatamente da maneira em que esperamos que uma crença seja.

Seguramente que, na medida em que crenças e desejos são caracterizados pelos seus papéis explicativos, os casos de Otto e Inga parecem ser idênticos: a dinâmica causal essencial dos dois casos espelha-os com precisão. Ficamos satisfeitos por explicar as ações da Inga em termos do seu desejo ocorrente de ir ao museu e da sua crença firme de que o museu é na Rua 53, assim como deveríamos ficar felizes por podermos explicar a crença de Otto da mesma maneira. A alternativa é explicar a ação de Otto em termos do seu desejo ocorrente de ir ao museu, a sua crença de que o museu é localizado no endereço escrito no notebook e o facto acessível de que o notebook diz que o museu é na rua 53; mas isto complica desnecessariamente a explicação. Se devemos apelar para esta explicação da ação de Otto, então devemos fazer o mesmo para incontáveis outras ações nas quais o seu notebook está envolvido; em cada uma das explicações haverá um termo extra envolvendo o notebook. Nós propomos que explicar as coisas desta forma é *dar um passo excessivo*. É complexificar demais e sem sentido, do mesmo modo que seria complexificar demais e sem sentido explicar as ações de Inga em termos de crenças sobre a sua memória. O notebook é uma constante para Otto, da mesma maneira que a memória é uma constante para Inga; apontar para cada explicação crença/desejo seria redundante. Numa explicação, simplicidade é poder.

Se isto está correto, podemos inclusive elaborar o caso do gêmeo-Otto, que é em tudo igual a Otto, exceto ter há pouco tempo escrito no seu notebook que o Museu de Arte Moderna está situado na Rua 51. Agora, o gêmeo-Otto é um duplicado físico de Otto da pele para dentro. Consequentemente, o gêmeo-Otto pode ser caracterizado como acreditando que o museu é na Rua 51, ao passo que Otto acredita que é na 53. Simplesmente, a crença não está na cabeça nestes casos.

Isto espelha a conclusão de Putnam e Burge, mas novamente existem diferenças importantes. Nos casos Putnam/Burge as características estabelecendo as diferenças na crença são distais e históricas, de maneira que os gémeos nestes casos produzem comportamento físico indistinguível. Nos casos que estamos descrevendo, as características externas desempenham um papel ativo do aqui-e-agora, tendo um impacto direto no comportamento. Enquanto Otto vai à Rua 53, o gêmeo-Otto vai à 51. Não se coloca a questão da irrelevância explicativa deste tipo de conteúdo externo das crenças; ele é introduzido justamente devido ao papel explicativo central que desempenha. Tal como nos casos Putnam/Burge, estes casos introduzem diferenças na referência e condições de verdade, porém também introduzem diferenças nas dinâmicas da *cognição*⁶.

⁶ Na terminologia de "Os componentes do conteúdo" de Chalmers (2002): os gémeos nos casos Putnam/Burge diferem somente no seu conteúdo relacional, ao passo que Otto e o seu gêmeo diferem no seu conteúdo nocional, que é o tipo de conteúdo que

A moral é que no que respeita à crença, nada há de sagrado a respeito do crânio e da pele. O que faz com que alguma informação conte como crença é o papel que desempenha, não havendo razões pelas quais o papel relevante seja desempenhado apenas internamente no corpo.

Para oferecer resistência substantiva, um oponente tem de mostrar que os casos de Otto e Inga diferem em alguns aspectos importantes e relevantes. Mas em que aspecto substantivo são os casos diferentes? Construir a objeção apenas com base em que a informação está na cabeça num dos casos, mas não no outro, seria apelar circularmente para o ponto em disputa [NT: cometer uma petição de princípio]. Se a diferença é relevante para a diferença na crença, seguramente não é primitivamente relevante. Para justificar um tratamento diferente devemos encontrar uma diferença subjacente mais básica entre os dois.

Pode ser sugerido que os casos são relevantemente diferentes porque Inga ainda possui um acesso mais confiável à informação. Afinal, alguém pode subtrair o notebook de Otto a qualquer momento, mas a memória de Inga é mais segura. Não é implausível que a constância seja relevante: com efeito, o facto de que Otto sempre usa o seu notebook desempenhou um certo papel na nossa justificação do seu estatuto cognitivo. Se o Otto estivesse a usar um livro-guia para consulta única seria muito menos provável atribuir-lhe uma crença permanente. Mas no caso original o notebook é muito confiável – não perfeitamente confiável, com certeza, mas também não o é o acesso de Inga à sua própria memória. Um cirurgião pode adulterar o cérebro dela, ou, mais mundanamente, ela pode ter bebido em excesso. A mera possibilidade dessa alteração não é suficiente para negar-lhe a crença.

Pode preocupar-nos que o acesso de Otto *de facto* vai e vem. Ele toma duche sem o notebook, por exemplo, e não consegue ler quando está escuro. Seguramente a sua crença não pode ir e vir tão facilmente? Podemos contornar este problema reescrevendo a situação, mas uma desconexão ocasional e temporária não ameaça de forma nenhuma a nossa reivindicação. Afinal, quando Inga dorme ou quando está inebriada não dizemos que a sua crença desaparece. Aquilo que realmente conta é que a informação está facilmente disponível quando o sujeito precisa dela e esta condição é igualmente bem satisfeita nos dois casos. Se o notebook do Otto estivesse frequentemente indisponível nas alturas em que a informação nele fosse útil, poderia haver um problema, uma vez que a informação não poderia desempenhar o papel de guia da ação tão central para a crença; mas se está disponível nas situações mais relevantes, então a crença não está em perigo.

Talvez a diferença seja que Inga tem melhor acesso à informação do que Otto tem? Os processos “centrais” de Inga e a sua memória têm provavelmente uma largura-de-banda maior a ligá-los, quando comparada com a conexão de baixo grau entre Otto e o seu notebook. Mas isto isoladamente não faz a diferença entre crer e não crer. Considere-se a acompanhante de Inga ao museu, Lucy, cuja memória biológica só tem uma conexão de fraco nível aos seus sistemas centrais devido à sua biologia não standard ou a desventuras passadas. O processamento em Lucy pode ser menos eficiente, mas desde que a informação relevante esteja acessível, claramente que Lucy acredita que o museu é na Rua 53. Se a conexão foi demasiado indireta – se Lucy teve de lutar duramente para recuperar a informação com resultados baralhados, ou um psicoterapeuta foi necessário – podemos ficar mais relutantes em atribuir-lhe crença, mas estes casos estão muito distantes da situação de Otto, na qual a informação é facilmente acessível.

governa a cognição. O conteúdo nocional é geralmente interno relativamente ao sistema cognitivo, mas neste caso o sistema cognitivo é efetivamente estendido para incluir o notebook.

Outra sugestão seria a de que Otto só acede à informação via *percepção*, enquanto Inga tem um acesso mais direto – via introspecção, talvez. De certa forma, porém, colocar as coisas desta maneira é incorrer numa petição de princípio. No fim de contas, estamos efetivamente a sustentar uma perspectiva segundo a qual os processos internos de Otto e o seu notebook constituem um único sistema cognitivo. Do ponto de vista deste sistema, o fluxo de informação entre os processos internos e o notebook não é de maneira nenhuma perceptual; não envolve o impacto de algo exterior ao sistema. É mais parecido com o fluxo de informação dentro do cérebro. O único sentido forte em que o acesso é perceptual é do de que, no caso do Otto, há claramente uma fenomenologia perceptual associada à recolha de informação, enquanto no caso de Inga não há. Mas por que razão a natureza de uma fenomenologia associada deveria fazer diferença para o estatuto de uma crença? A memória de Inga pode ter uma fenomenologia associada, mas ainda é uma crença. A fenomenologia não é visual, de certeza. Mas para efeito de fenomenologia visual, considere-se o Exterminador, do filme com o mesmo nome de Arnold Schwarzenegger. Quando ele recolhe alguma informação da memória, ela é “exibida” diante de si no seu campo visual (presumivelmente, ele está consciente dela, uma vez que existem diversas passagens que exibem o seu ponto de vista). O facto de que memórias permanentes são recolhidas desta estranha maneira faz por certo pouca diferença ao seu estatuto de crenças permanentes.

As várias pequenas diferenças entre os casos de Otto e Inga são superficiais. Focá-las seria falhar a maneira em que os dados do notebook desempenham para Otto o tipo de papel que as crenças desempenham ao guiar a maior parte das vidas das pessoas.

Talvez a intuição de que a crença de Otto não é realmente uma crença surja de um sentimento residual de que só as crenças ocorrentes são realmente crenças. Se consideramos seriamente este sentimento, a crença de Inga também será excluída, tal como serão muitas das crenças que atribuímos na nossa vida quotidiana. Este seria um posicionamento extremado, mas pode ser a maneira mais consistente de negar a crença de Otto. À luz de um posicionamento minimamente menos extremado – a perspectiva de que uma crença deve estar disponível para a consciência, por exemplo – a possibilidade do notebook de Otto parece qualificar-se tão bem quanto a memória de Inga. Assim que deixamos crenças disposicionais entrar pela porta é difícil resistir à conclusão de que o notebook de Otto contém todas as disposições relevantes.

4 Para além dos limites externos

Se a tese é aceite, até onde devemos ir? Todos os tipos de casos assomam-se à mente. O que sucede aos moradores do vilarejo dos *100 Anos de Solidão* que esquecem o nome das coisas e colocam rótulos em todo o lugar? Será que a informação do meu Filofax conta como parte da minha memória? Se o notebook de Otto foi adulterado, será que ele acredita na nova informação? Acredito eu nos conteúdos da página diante de mim antes de a ler? Está o meu estado cognitivo espalhado na internet?

Não pensamos que existam respostas categóricas para todas estas questões e nós não as daremos. Mas para ajudar a compreender o que está envolvido nas atribuições de crença estendida, podemos ao menos examinar as características do nosso caso central que fazem da noção tão aplicável. Primeiro, o notebook é uma constante da vida de Otto – em casos em que a informação no notebook poderá ser relevante, ele raramente age sem a consultar. Segundo, a informação no notebook encontra-se acessível diretamente sem dificuldade. Terceiro, ao extrair a informação do notebook ele avalia-a automaticamente. Quarto, a informação no notebook foi

apreendida conscientemente algures no passado e está ali como consequência do seu aval⁷. O estatuto da quarta característica é disputável enquanto critério para crença (talvez se adquira crenças através de percepção subliminar ou via modificação da memória?), mas as primeiras três características por certo desempenham um papel crucial.

Na medida em que os casos de *puzzles* cada vez mais exóticos carecem destas características, a aplicabilidade da noção de “crença” diminui gradualmente. Se eu raramente agir sem consultar o meu Filofax, por exemplo, o seu estatuto dentro do meu sistema cognitivo vai parecer-se com o do notebook do Otto. Mas se eu ajo frequentemente sem consulta – por exemplo, se eu por vezes respondo à pergunta com “não sei” – então a informação no meu Filofax conta de forma menos clara como parte do meu sistema cognitivo. É provável que a Internet falhe em vários aspectos a não ser que eu seja invulgarmente dependente de um computador, tenha facilidade com a tecnologia e confie nela, mas a informação contida em certos ficheiros no meu computador pode ser qualificada. Em casos intermédios, a questão da presença de crença pode ser indeterminada, ou a resposta pode depender de standards variáveis que estão em jogo nos diversos contextos em que a questão possa ser colocada. Mas qualquer indeterminação que ocorra aqui não significa que nos casos centrais a resposta não seja clara.

O que dizer sobre cognição social estendida? Podem os meus estados mentais ser em parte constituídos por estados de outros pensadores? Em princípio, não vemos razão para que não. Num casal invulgarmente interdependente é perfeitamente possível que uma das partes desempenhe para a outra o mesmo tipo de papel que o notebook desempenha para Otto⁸. O que é central é o alto nível de confiança, dependência e acessibilidade. Estes critérios podem não ser satisfeitos de forma tão clara noutros relacionamentos sociais, mas poderiam, apesar disso, sê-lo em domínios específicos. Por exemplo, o empregado de mesa do meu restaurante favorito pode servir como repositório das minhas crenças acerca das minhas refeições favoritas (isto pode inclusive ser interpretado como um caso de desejo estendido). Em outros casos, as nossas crenças podem estar incorporadas no nosso assistente, contabilista ou colaborador⁹.

Em cada um destes casos o maior fardo do acoplamento é carregado pela linguagem. Sem linguagem poderíamos ser muito mais semelhantes a mentes cartesianas “interiores”, nas quais a cognição de alto nível depende fortemente de recursos internos. Mas o advento da linguagem permitiu-nos estender este fardo para o mundo, não sendo um espelhamento dos nossos estados interiores, mas um complemento para eles. Serve como uma ferramenta cujo papel é estender a cognição de formas que os dispositivos de bordo não podem. Com efeito, é possível que a explosão intelectual dos últimos tempos evolutivos se deva tanto a esta extensão linguística da cognição como a qualquer desenvolvimento independente dos nossos recursos cognitivos internos.

⁷ Os critérios da constância e da recomendação passada podem sugerir que a história é uma parte constitutiva da crença. Podemos reagir a isto removendo qualquer componente histórico (dando uma leitura puramente disposicional do critério da constância e eliminando o critério da recomendação passada, por exemplo), ou podemos autorizar esse componente desde que o ónus principal seja carregado por características do presente.

⁸ Poderá este tipo de raciocínio também permitir algo parecido com as crenças estendidas da “atrite” de Burge? Afinal, posso sempre deferir para o meu médico o tomar de ações relevantes relativas à minha doença. Talvez sim. Mas existem diferenças claras. Por exemplo, quaisquer crenças estendidas seriam alicerçadas numa relação ativa com o médico, em vez de numa relação ativa com uma comunidade linguística. E na atual análise, a deferência para o meu médico tenderia a dar em algo como uma crença verdadeira de que tenho outra doença qualquer na minha coxa, em vez da crença falsa de que tenho atrite ali. Por outro lado, se eu tivesse usado especialistas médicos apenas como consultores terminológicos, os resultados da análise de Burge poderiam ser espelhados.

⁹ Do *New York Times* de 30 de março de 1995, p. B7, num artigo sobre o ex-treinador de basquetebol John Wooden: “Wooden e a sua mulher participaram em 36 quartas-de-final consecutivas e ela serviu invariavelmente como o seu banco de memória. Nell Wooden raramente se esquecia de um nome – o seu marido raramente se lembrava de um – e nos átrios da *Final Four*, onde só havia gente de pé, ela reconhecia as pessoas por ele”.

Por fim, o que dizer do *self*? Será que a mente estendida implica um *self* estendido? Parece que sim. Muitos de nós já aceitam que o *self* extravasa as fronteiras da consciência; as minhas crenças disposicionais, por exemplo, constituem num sentido forte parte de quem eu sou. Se assim é, então esses limites podem estar para lá da pele. A informação no notebook de Otto, por exemplo, é uma parte central da sua identidade enquanto agente cognitivo. Onde isto nos leva é que Otto *ele mesmo* é melhor encarado enquanto um sistema estendido, um acoplamento de um organismo biológico e fontes [características] externas. Para resistir consistentemente a esta conclusão devemos de encolher o *self* a um amontoado de estados ocorrentes, ameaçando severamente a sua profunda continuidade psicológica. Bem melhor é assumir a perspectiva mais ampla e ver os próprios agentes estendendo-se para o mundo.

Tal como qualquer reconceituação de nós mesmos, esta perspectiva terá consequências significativas. Existem consequências para as perspetivas filosóficas da mente e para a metodologia de pesquisa na ciência cognitiva, mas haverá também efeitos nos domínios do social e do moral. Poderá, por exemplo, ser que em alguns casos de interferência com o ambiente de alguém signifique moralmente o mesmo que interferir com a sua pessoa [moral]. E se a perspectiva for tomada a sério, algumas formas de atividade social serão reconceituadas como menos parecidas com comunicação e ação, e mais parecidas com pensamento. Seja como for, assim que a hegemonia da pele e do crânio for derrubada, conseguiremos ser capazes de nos vermos mais como verdadeiras criaturas do mundo.

Referências

- BEER, R. *Intelligence as Adaptive Behavior*. New York: Academic Press, 1989.
- BLAKE, A.; YUILLE, A. (Eds.). *Active Vision*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- BURGE, T. Individualism and the mental. *Midwest Studies in Philosophy*, n. 4, p. 73-122, 1979.
- CHALMERS, D. J. The components of content. In: CHALMERS, D. J. (Ed.). *Phi-losophy of Mind: Classical and Contemporary Readings*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- CLARK, A. *Microcognition*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- H AUGELAND, J. Mind embodied and embedded. In: HOUNG, Y.; HO, J. (Eds.). *Mind and Cognition*. Taipei: Academia Sinica, 1995.
- HUTCHINS, E. *Cognition in the Wild*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- KIRSH, D. The intelligent use of space. *Artificial Intelligence*, n. 73, p. 31-68, 1995.
- KIRSH, D.; MAGLIO, P. On distinguishing epistemic from pragmatic action. *Cognitive Science*, n. 18, p. 513-549, 1994.
- McCLAMROCK, R. *Existential Cognition*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- McCLELLAND, J. L.; RUMELHART, D. E.; HINTON, G. E. The appeal of parallel distributed processing. In: McCLELLAND, J. L.; RUMELHART, D. E.; PDP Research Group. *Parallel Distributed Processing*. Vol. 2. Cambridge: MIT Press, 1986.
- McHUGH, M. *China Mountain Zhang*. New York: Tom Doherty Associates, 1992.
- PUTNAM, H. The meaning of "meaning". In: GUNDERSON, K. (Ed.). *Language*,

- Mind and Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975.
- SIMON, H. *The Sciences of the Artificial*. Cambridge: MIT Press, 1981.
- SUCHMAN, L. *Plans and Situated Actions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- THELEN, E.; SMITH, L. *A Dynamic Systems Approach to the Development of Cognition and Action*. Cambridge: MIT Press, 1994.
- TRIANTAFYLLOU, M.; TRIANTAFYLLOU, G. An efficient swimming machine. *Scientific American*, v. 272, n. 3, p. 64-70, 1995.
- ULLMAN, S.; RICHARDS, W. *Image Understanding*. Norwood: Ablex, 1984.
- VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *The Embodied Mind*. Cambridge: MIT Press, 1991.
- WILSON, R. Wide computationalism. *Mind*, n. 103, p. 351-372, 1994.

Sobre o tradutor:

Luís Filipe Estevinha Lourenço Rodrigues

Doutor em Filosofia. Professor Adjunto C na Universidade Federal do Ceará. Pesquisa em Epistemologia e Filosofia da Ciência. Coordenador do Grupo de Pesquisa Filosofia, Metafísica e Cognição (UFC). Membro do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Orientador de mestrado e doutorado. Membro colaborador do LANCOG. Membro do GT de Epistemologia Analítica da ANPOF.

Recebido em: 01/06/2023
Aprovado em: 06/09/2023

Received in: 01/06/2023
Approved in: 06/09/2023